

**CONTROLE INTERNO**

**Parecer de Regularidade Nº 32/2019**

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11 da RESOLUÇÃO n.º11.535/TCM, de 01 de julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do Processo nº2018/1808233, referente ao 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2015, originário do Procedimento Licitatório já identificado, que tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, a partir de 01/04/2019 e término em 01/04/2020, a ser celebrado pela CONTRATANTE – Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém-SeMOB com a CONTRATADA – Brasil Serviços Gerais EIRELI, no valor de R\$ 274.267,08 (duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e sessenta e sete reais e oito centavos). Projeto Atividade: 26.122.0007.2162. Elemento de despesa: 33.90.37. Fonte: 163002020000, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o Processo Licitatório, o Contrato ou o Termo Aditivo encontram-se:

(x) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

( ) Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente as seguintes ressalva(s):.....

( ) Com irregularidade(s) de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade(s) enumeradas a seguir:.....

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o processo licitatório e o Contrato/Termo Aditivo ou documento hábil substituto, supramencionados encontram-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e cominação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Belém/PA, 13 de fevereiro de 2019.

*Domíngos Anchieta de Paula Lopes*

**Controlador Interno/DG/SeMOB**

**Mat. Nº 03788585-010**